

COLEÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO

Coordenadores: Maria Alice Nogueira e Léa Pinheiro Paixão

- *O sujeito da educação*
Tomaz Tadeu da Silva (org.)
- *Neoliberalismo, qualidade total e educação*
Tomaz Tadeu da Silva e Pablo Gentili (orgs.)
- *Teoria crítica e educação*
Bruno Pucci (org.)
- *Currículo – Teoria e história*
Ivor F. Goodson
- *Escritos de educação*
Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.)
- *Família e escola – Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*
Maria Alice Nogueira, Geraldo Romanelli e Nadir Zago (orgs.)
- *A escolarização das elites*
Ana Maria Fonseca de Almeida e Maria Alice Nogueira (orgs.)
- *Homem plural – Os determinantes da ação*
Bernard Lahire
- *Sociologia da educação – Pesquisa e realidade brasileira*
Léa Pinheiro Paixão e Nadir Zago (orgs.)
- *As políticas de currículo e de escolarização – Abordagens históricas*
Ivor F. Goodson
- *Estudos da infância – Educação e práticas sociais*
Manuel Sarmento e Maria Cristina Soares de Gouvêa (orgs.)



DEDALUS - Acervo - EACH



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pierre Bourdieu

Escritos de educação / Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 12. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011. – (Ciências Sociais da Educação).

ISBN 978-85-326-2053-8

1. Educação 2. Sociologia educacional. I. Catani, Afrânio. II. Nogueira, Maria Alice. III. Título. IV. Série.

96-0345

CDD-370.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia educacional 370.19

PIERRE BOURDIEU

ESCRITOS DE EDUCAÇÃO

Seleção, organização, introdução e notas
Maria Alice Nogueira
Afrânio Catani



www.sbs.com.br
livrariainternacional@sbs.com.br

 EDITORA
VOZES
Petrópolis



As contradições da herança

PIERRE BOURDIEU

Tradução: MAGALI DE CASTRO

Revisão técnica: GUILHERME JOÃO DE FREITAS TEIXEIRA

Fonte: BOURDIEU, Pierre, “Les contradictions de l’héritage”, publicado originalmente em BOURDIEU, P., (org.). *La Misère du monde*, Paris: Éditions du Seuil, 1993, p. 711-718.

Segundo Heródoto, a vida entre os persas decorreu bem enquanto eles se contentaram em ensinar às crianças a montar a cavalo, atirar com o arco e não mentir. Com efeito, é certo que, nas sociedades diferenciadas, coloca-se de maneira muito particular a questão absolutamente fundamental em toda sociedade que é a *ordem das sucessões*, ou seja, a gestão da relação entre pais e filhos e, mais precisamente, da perpetuação da linhagem e de sua herança, no sentido mais amplo do termo. Em primeiro lugar, para continuar aquele que, em nossas sociedades, encarna a linhagem, ou seja, o pai, e o que constitui, sem dúvida, o essencial da herança paterna, ou seja, essa espécie de “tendência a perseverar no ser”, perpetuar a posição social, que o habita, é preciso, muitas vezes, distinguir-se dele, superá-lo e, em certo sentido, negá-lo; tal operação não ocorre sem problemas, tanto para o pai que deseja e não deseja essa superação assassina quanto para o filho (ou a filha) que se encontra diante de uma missão dilacerante e suscetível de ser vivida como uma espécie de transgressão¹.

Em segundo lugar, a transmissão da herança depende, doravante, para todas as categorias sociais (embora em graus diversos), dos veredictos das instituições de ensino que funcionam como um *princípio da realidade* brutal e potente, responsável, em razão da intensificação da concorrência, por muitos fracassos e decepções. A instituição do herdeiro e o efeito de destino que ela exerce – até então, atribuições exclusivas da palavra do pai ou da mãe, depositários da vontade e da autoridade de todo o grupo familiar – competem, hoje, igualmente à escola, cujos julgamentos e sanções podem não só confirmar os da família, mas também contrariá-los ou opor-se a eles, e contribuem de maneira absolutamente decisiva para a construção da identidade. É o que explica, sem dúvida, o fato de que a escola se encontre, frequentemente, na origem do sofrimento das pessoas entrevistadas, frustradas ou em seu próprio projeto ou nos projetos que fizeram para seus descendentes, ou ainda pelos desmentidos infligidos pelo mercado do trabalho às promessas e garantias da escola.

Matriz da trajetória social e da relação com essa trajetória – portanto, das tradições e duplas vinculações (*double binds*) que nascem, especialmente, das

1. Decidi privilegiar, ao longo desta análise, o caso do filho, reservando para outra ocasião o estudo das variações da relação de sucessão segundo o sexo dos pais e dos filhos.

discordâncias entre as disposições do herdeiro e o destino encerrado em sua herança – a família é geradora de tensões e contradições genéricas (observáveis em todas as famílias, porque ligadas à propensão a se perpetuar) e específicas (variando, especialmente, segundo as características da herança). O pai é o sujeito e o instrumento de um “projeto”² (ou, melhor, de um *conatus*) que, estando inscrito em suas disposições herdadas, é transmitido inconscientemente, em e por sua maneira de ser, e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem (o que, em certas tradições, é chamada “a casa”^{*}). Herdar é transmitir essas disposições imanentes, perpetuar esse *conatus*, aceitar tornar-se instrumento dócil desse “projeto” de reprodução. A herança bem-sucedida é um assassinato do pai consumado a partir de sua própria injunção, uma superação dele destinada a conservá-lo, manter seu “projeto” de superação que, enquanto tal, está na ordem das sucessões. A identificação do filho com o desejo do pai como desejo de ser continuado faz o herdeiro sem história³.

Os herdeiros que, aceitando herdar – portanto, serem herdados pela herança –, conseguem apropriar-se dela (o politécnico filho de politécnico ou o metalúrgico filho de metalúrgico), escapam das antinomias da sucessão. O pai burguês, que deseja para o filho o que tem e é, pode se reconhecer completamente nesse *alter ego* que produziu, reprodução idêntica àquilo que ele é e ratificação da excelência de sua própria identidade social. E o mesmo ocorre com o filho.

Do mesmo modo, no caso do pai em vias de ascensão em trajetória interrompida, a ascensão que leva o filho a superá-lo é, de certa forma, seu próprio acabamento, a plena realização de um “projeto” rompido que ele pode, assim, completar por procuração. Quanto ao filho, rejeitar o pai real é aceitar, tomando-o por conta própria, o ideal de um pai que, por sua vez, se rejeita e se nega, fazendo apelo à sua própria superação.

Mas, nesse caso, o desejo do pai, por mais realista que seja, amplia-se, por vezes, desmesuradamente, além dos limites do realismo: o filho ou a filha, transformados em substitutos do pai, são encarregados de realizar, em seu lugar e, de alguma forma, por procuração, um eu ideal mais ou menos irrealizável: assim, é possível encontrar muitos exemplos de pais ou mães que, projetando no filho certos desejos e projetos compensatórios, exigem-lhe o impossível. Essa é uma das principais fontes de contradições e sofrimentos: muitas pessoas sofrem continua-

damente devido ao descompasso entre suas realizações e as expectativas dos pais que elas não conseguem satisfazer nem repudiar⁴.

Se a identificação com o pai, e com seu “projeto”, constitui, sem dúvida, uma das condições necessárias à boa transmissão da herança (sobretudo, talvez, quando esta consiste em capital cultural), ela não é condição suficiente para o êxito da operação de sucessão que – sobretudo para os detentores do capital cultural, mas também, em menor grau, para os outros – encontra-se, hoje, subordinada aos veredictos da escola e, portanto, passa pelo sucesso escolar. Aqueles, comumente chamados de “fracassados”, são, essencialmente, os que erraram o objetivo que lhes fora socialmente atribuído pelo “projeto” inscrito na trajetória dos pais e no futuro que ela implicava. Se sua revolta volta-se, indistintamente, contra a escola e contra a família, é porque têm todas as razões de sentir a cumplicidade que, apesar da oposição aparente, une essas duas instituições e se manifesta na *decepção* de que eles são a causa e o objeto. Tendo liquidado as expectativas e as esperanças do pai, não lhes resta outra escolha a não ser abandonarem-se ao desespero, tomando à sua conta a imagem totalmente negativa que lhes é enviada pelos veredictos das duas instituições aliadas, ou matarem simbolicamente, em seu próprio princípio, o “projeto” dos pais, orientando-se de forma oposta ao estilo de vida familiar, como fez aquele adolescente que, filho de um engenheiro de esquerda, ocupa-se das tarefas mais penosas do militantismo de extrema-direita.

Seria preciso analisar de maneira mais completa as diferentes formas que pode assumir a relação entre os veredictos, muitas vezes essencialistas e totais, da instituição escolar, e os veredictos dos pais, prévios e, sobretudo, consecutivos aos da escola: essa relação depende muito da representação, muito variável segundo as categorias sociais, que as famílias têm do “contrato pedagógico” e que varia segundo o grau de confiança atribuído à escola e aos mestres, e, ao mesmo tempo, segundo o grau de compreensão de suas exigências explícitas e, sobretudo, implícitas. Confinada em uma visão meritocrática que a prepara mal para perceber e enfrentar a diversidade das estratégias mentais dos alunos, a instituição escolar provoca, muitas vezes, traumatismos propícios a reativarem os traumatismos iniciais: os julgamentos negativos que afetam a imagem de si encontram um reforço, sem dúvida muito variável em sua força e forma, junto aos pais, que redo-

2. Para evitar a lógica da intenção consciente evocada pela palavra projeto, falar-se-á de *conatus*, correndo o risco de parecer que se está cedendo ao jargão.

* No original, “la maison” [N.R.].

3. A identificação ao pai e ao seu desejo como desejo de ser continuado é uma das principais mediações da entrada na *illusio* masculina, ou seja, da adesão aos jogos e implicações considerados como interessantes em determinado universo social.

4. O mesmo ocorre quando as expectativas dos pais, constituídas em um estado anterior do mundo social, são, de alguma forma, descompassadas e defasadas em relação às exigências do mundo presente que são mais ajustadas às expectativas dos filhos por terem sido constituídas em condições de socialização diferentes. Uma outra fonte de sofrimento é a existência de descompassos entre as expectativas paternas e as expectativas maternas que, muitas vezes, estão associados a discordâncias sociais entre o pai e a mãe ou entre suas linhagens que buscam prolongar-se, prolongando a respectiva herança (isso contrasta com os casos em que o desejo da mãe é simplesmente redundante em relação ao desejo do pai). Uma outra causa de contradições, e de dupla vinculação, é a existência de contradições no projeto paterno.

bra o sofrimento e coloca a criança ou o adolescente diante da alternativa de se submeter ou sair do jogo por diferentes formas de negação e compensação ou de regressão (a afirmação da virilidade e a instauração de relações de força física podem, assim, ser compreendidas como uma forma de inverter, individual ou coletivamente, as relações de força cultural e escolar).

Um outro exemplo, próximo do precedente, embora, em certo sentido, mais dramático, é aquele do filho que, para “fazer sua vida”, como se diz, deve negar a vida do pai, rejeitando, pura e simplesmente, herdar e ser herdado e anulando, assim, retrospectivamente, toda a empreitada paterna, materializada na herança rejeitada. Prova particularmente dolorosa para o pai (e, sem dúvida, também para o filho) quando – como o agricultor que entrevistamos – ele mesmo construiu, de alto a baixo, toda essa herança, essa “casa”, que sucumbirá com ele: é toda a sua obra e, ao mesmo tempo, toda a sua existência, que são desse modo anuladas, despossuídas de seu sentido e de sua finalidade.

De todos os dramas e conflitos, ao mesmo tempo interiores e exteriores, e ligados tanto à ascensão quanto ao declínio, que resultam das contradições da sucessão, o mais inesperado é, sem dúvida, o *dilaceramento* que nasce da experiência do êxito como fracasso ou, melhor, como transgressão: quanto maior for seu êxito (ou seja, quanto melhor você cumprir a vontade paterna que deseja seu êxito), maior será seu fracasso, mais contundente será o assassinato de seu pai, maior será sua separação dele; e, inversamente, quanto maior for seu fracasso (realizando, assim, a vontade inconsciente do pai que, no sentido ativo, não pode desejar totalmente a própria negação), maior será seu êxito. Como se a posição do pai encarnasse um limite a não ultrapassar; o qual, tendo sido interiorizado, tornou-se uma espécie de proibição de adiar, distinguir-se, negar, romper.

Esse efeito de limitação das ambições pode ser exercido no caso em que o pai conheceu um grande êxito (o caso dos filhos de personagens célebres merece uma análise particular). Mas reveste-se de toda a sua força no caso em que o pai ocupa uma posição dominada, seja do ponto de vista econômico e social (operário, pequeno empregado), seja do ponto de vista simbólico (membro de um grupo estigmatizado) e, dessa forma, sente-se inclinado à ambivalência em relação ao êxito do filho, assim como em relação a ele próprio (dividido entre o orgulho e a vergonha de si, decorrente da interiorização da visão dos outros). Ele diz: seja como eu, faça como eu, e, ao mesmo tempo: seja diferente, desapareça. Toda a sua existência encerra uma dupla injunção: tenha êxito, mude de situação, torne-se um burguês, e, por outro lado, permaneça simples, sem orgulho, próximo do povo (de mim). Não pode desejar a identificação do filho com sua própria posição e com suas disposições e, não obstante, trabalha continuamente para produzi-la por meio de seu comportamento e, em particular, pela linguagem do corpo que contribui tão fortemente para modelar o *habitus*. Deseja e teme que o filho se torne um *alter ego*, teme e deseja

que ele se torne um *alter*. O produto de tal injunção contraditória está votado não só à ambivalência em relação a si mesmo, mas também ao sentimento de culpa pelo fato de que o êxito, nesse caso, é verdadeiramente assassinato do pai: se obtém êxito, sente-se culpado de traição; se fracassa, carrega a culpa de ter causado uma decepção. O trânsfuga deve prestar (justiça) ao pai: daí, determinadas fidelidades à causa do povo que são fidelidade à causa do pai (por exemplo, como confirmam os testemunhos que recolhemos, certas formas de adesão ao Partido Comunista inspiram-se na busca da reconciliação com um povo imaginário, ficticiamente reencontrado no seio do partido); e um bom número de condutas, não somente políticas, podem ser compreendidas como tentativas para neutralizar magicamente os efeitos da mudança de posição e de disposições que, praticamente, marca uma separação em relação ao pai e aos pares (“você não aguenta mais ficar conosco”) e para compensar, pela fidelidade a suas tomadas de posição, a impossibilidade de se identificar completamente com um pai dominado⁵.

Tais experiências tendem a produzir *habitus* dilacerados, divididos contra eles próprios, em negociação permanente com eles mesmos e com sua própria ambivalência; portanto, votados a uma forma de desdobramento, a uma dupla percepção de si e, também, às sinceridades sucessivas e à pluralidade de identidades.

Assim, ainda que não tenha o monopólio da produção dos dilemas sociais e ainda que o mundo social multiplique as posições que produzem efeitos absolutamente semelhantes, a família impõe, muitas vezes, injunções contraditórias, seja em si mesmas, seja em relação às condições oferecidas para sua realização. Ela está na origem da parte mais universal do sofrimento social, inclusive da forma paradoxal de sofrimento que se encontra enraizada no privilégio. É ela que torna possíveis esses privilégios-armadilhas que, muitas vezes, arrastam os beneficiários dos presentes envenenados da consagração social (estamos pensando na “noblesse oblige” de todos os beneficiários-vítimas de uma forma qualquer de consagração ou escolha, nobres, homens, primogênitos, detentores de certificados escolares raros) para as diferentes espécies de *impasses nobres*, vias nobres que se revelam ser vias sem saída. A família é, sem dúvida, a principal responsável por essa parte do sofrimento social que tem como sujeito as próprias vítimas (ou, mais exatamente, as condições sociais que acabam produzindo suas disposições).

Dito isso, é preciso evitar transformar a família na causa última dos mal-estares que, segundo parece, são determinados por ela. De fato, como se vê perfeitamente no caso da família camponesa – em que a sentença de morte da empreitada

5. Estamos pensando no jovem árabe nascido na França: imprensado entre dois universos inconciliáveis, não consegue se identificar com a escola que o rejeita, nem com o pai que ele tem o dever de proteger; sua tensão parece encontrar um começo de solução quando encontra uma família adotiva nos pais de sua namorada e, através dela, a possibilidade de se reconhecer na escola.

sobrevém através do celibato ou da partida do filho mais velho – os fatores estruturais mais fundamentais (como a unificação do mercado dos bens econômicos e, sobretudo, simbólicos) estão presentes nos fatores inscritos no seio do grupo familiar. Isso faz com que, através da narrativa das dificuldades mais “pessoais”, das tensões e contradições, na aparência, mais estritamente subjetivas, acabem se exprimindo, muitas vezes, as estruturas mais profundas do mundo social e suas contradições. Isso nunca é tão visível como no caso dos ocupantes de posições instáveis que são extraordinários “dispositivos analisadores práticos”: situados em pontos onde as estruturas sociais “estão em ação” e, por esse fato, movidos pelas contradições dessas estruturas, eles são obrigados, para viver ou sobreviver, a praticar uma forma de autoanálise que, muitas vezes, dá acesso às contradições objetivas de que são vítimas e às estruturas objetivas que se exprimem através delas⁶.

Aqui, não é o lugar de colocar a questão da relação entre o modo de exploração da subjetividade que propomos e o modo utilizado pela psicanálise. Mas é preciso, pelo menos, estar precavido contra a tentação de pensar as relações desses dois modos em termos de alternativa. A sociologia não pretende substituir o modo de explicação da psicanálise pelo seu, mas somente construir, de outra forma, alguns dados que esta toma também por objeto; assim, detém-se em aspectos da realidade que são descartados pela psicanálise como secundários ou insignificantes, ou abordados como anteparos que devem ser transpostos para que seja possível alcançar o essencial (por exemplo, as decepções escolares ou profissionais, os conflitos de trabalho, etc.) e que podem conter informações pertinentes sobre coisas que são levadas em consideração também pela psicanálise.

Uma verdadeira sociogênese das disposições constitutivas do *habitus* deveria empenhar-se em compreender como a ordem social capta, canaliza, reforça ou se opõe a processos psíquicos, conforme existe homologia, redundância e reforço entre as duas lógicas ou, ao contrário, contradição e tensão. É evidente que as estruturas mentais não são o simples reflexo das estruturas sociais. O *habitus* mantém com o campo uma relação de solicitação mútua e a *illusio* é determinada do interior, a partir das pulsões que impelem o indivíduo a investir no objeto; mas também do exterior, a partir de um universo particular de objetos socialmente oferecidos ao investimento. Em virtude do princípio de divisão (*nomos*) específico que o caracteriza, o espaço dos possíveis peculiar a cada campo – religioso, político ou científico, etc. – funciona como um conjunto estruturado de licitações e de solicitações, e também de interdições; atua à maneira de uma língua, como sistema de possibilidades e impossibilidades de expressão que interdita ou encoraja

6. Tem sido, muitas vezes, o caso dos trabalhadores da área social – inicialmente, pensávamos interrogá-los como informantes; afinal, tornaram-se objetos privilegiados de uma análise tanto mais rica em revelações objetivas na medida em que levou mais longe a exploração das experiências subjetivas.

processos psíquicos diferentes entre si e, em todo caso, diferentes dos processos psíquicos do mundo comum; através do sistema de satisfações reguladas que propõe, acaba impondo um regime particular ao desejo que é, assim, convertido em *illusio* específica. Por exemplo, como observa Jacques Maître, o campo religioso capta e legitima processos psíquicos que, para as instâncias que regem a existência comum, seriam considerados rejeições patológicas da realidade: os personagens celestes, objetos imaginários inscritos em um simbolismo socialmente aceito, validado, valorizado, e os modelos extraídos, mais ou menos conscientemente, de uma tradição mística autônoma, permitem a projeção de fantasmas reconhecidos pelas pessoas mais próximas e asseguram uma “regulação religiosa da ilusão” (inteiramente análoga àquela que asseguram os personagens e modelos literários em matéria de amor)⁷. E, da mesma forma, poder-se-ia mostrar como o desejo se especifica e se sublima, em cada um dos universos propostos à sua expressão, para revestir formas socialmente aprovadas e reconhecidas: aqui, as da *libido domi-nandi*; ou, alhures, as da *libido sciendi*.

Em sua análise do “romance familiar dos neuróticos”, Freud observava que, muitas vezes, os sonhos diurnos da pós-adolescência apropriam-se do “tema das relações familiares” em uma atividade fantasmática que visa rejeitar os pais, doravante menosprezados, para substituí-los por outros, “de uma posição social mais elevada” e, em uma palavra, “mais distintos”. E, de passagem, sublinhava que esses sonhos “servem para realizar desejos, corrigir a existência tal como ela é, e visam, principalmente, dois objetivos, erótico e ambicioso”. Acrescentando, logo em seguida, entre parênteses: “mas, por detrás deste (o objetivo ambicioso) esconde-se, também, quase sempre, o objetivo erótico”⁸. Não me compete confirmar ou invalidar tal afirmação. Mas eu gostaria de lembrar somente a afirmação complementar que o psicanalista passa em silêncio: o desejo apenas se manifesta, em cada campo (vimos um exemplo com o campo religioso), sob a forma específica que, em determinado momento do tempo, lhe é atribuída por esse campo e que é, em mais de um caso, a da ambição.

7. Cf. MAÎTRE, J., “Sociologie de l'idéologie et entretien non directif”, *Revue Française de Sociologie*, XVI, 1975, p. 248-256. Todos aqueles que tentaram conciliar a sociologia com a psicanálise não manifestaram o mesmo rigor e prudência de Jacques Maître em seus trabalhos sobre os místicos; além disso, de certas tentativas recentes para avançar nesse sentido, pode-se inferir incitações a uma vigilância ainda maior. Se se pretende que a socioanálise seja algo diferente de uma espécie de interseção vazia, como acontece, muitas vezes, com as disciplinas intermediárias que escapam das exigências das duas disciplinas em questão, é preciso, efetivamente, evitar, a qualquer preço, as conciliações ecléticas não só de uma “psicanálise” de revista que se contenta em rebatizar as noções mais ingênuas da psicologia espontânea – a ambição torna-se o ideal do eu ou desejo narcisista de onipotência; o fracasso, perda de objeto – mas também de uma sociologia “mole” que, em nome da “complexidade” e da “pós-modernidade”, manipula as ideias vazias, sem referente objetivo, de uma mitologia fundada nas oposições de termos antagônicos eorquestrando, uma vez mais, o velho refrão bergsonian do fechado e do aberto.

8. FREUD, S. *Néurose, psychose et perversion*. Paris: PUF, 1973, p. 158-159.